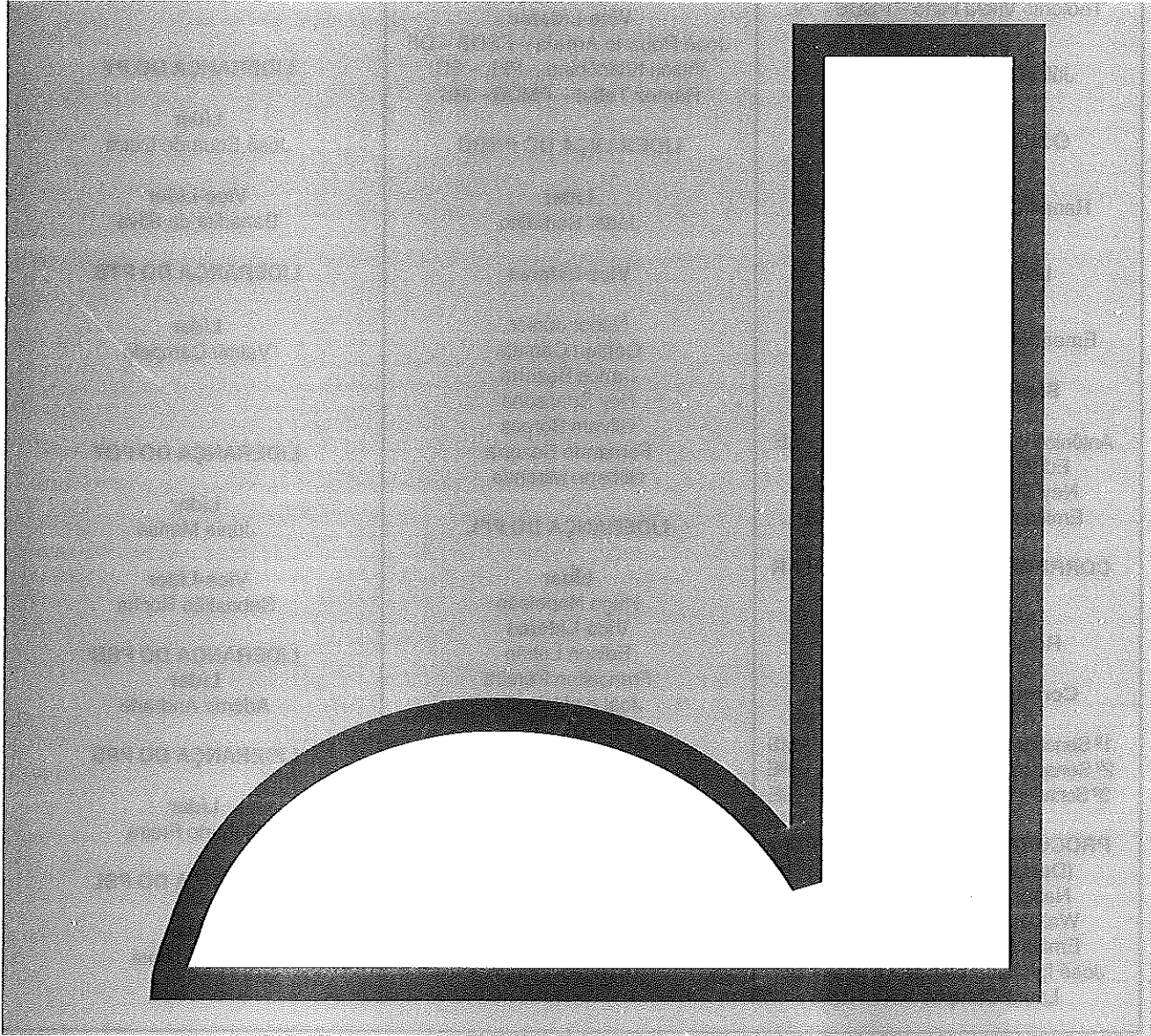




República Federativa do Brasil

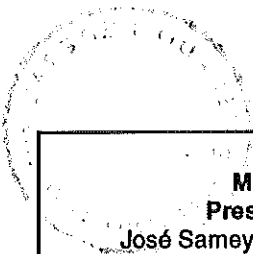


# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 200

SÁBADO, 26 DE OUTUBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF



**MESA**

**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB**

**Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL**

**Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB**

**Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB**

**Líder**

Epitacio Cafeteira

**LIDERANÇA DO PT**

**Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB**

**Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT**

**Líder**

Júnia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB**

**Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS**

**Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL**

**Líder**

Romeu Tuma

**EXPEDIENTE**

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**CLAUDIONOR MOURA NUNES**  
Diretor Executivo do Cegraf

**JÚLIO WERNER PEDROSA**  
Diretor Industrial do Cegraf

**RAIMUNDO CARREIRO SILVA**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**MANOEL MENDES ROCHA**  
Diretor da Subsecretaria de Ata

**DENISE ORTEGA DE BAERE**  
Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1- ATA DA 181ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1996

#### 1.1 - ABERTURA

#### 1.2 - EXPEDIENTE

##### 1.2.1 - Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO - Premência da reparação da injustiça feita aos servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, que não tiveram a possibilidade de integrar-se ao Sistema de Carreira da Pesquisa Científica e Tecnológica, por não ter sido o mencionado Instituto inserido na Lei nº 8.691/93, que em seu primeiro artigo enumera as instituições consideradas de pesquisa científica e tecnológica.....

17674

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Abertura da XV Feira do Livro de Brasília, hoje à noite. Comentando artigo publicado no jornal semanal *Se7e Dias da Semana*, de Brasília, do editor Victor Alegria, intitulado "Bill Clinton - 3 bilhões de dólares para incentivo à leitura - por quê?", sobre programa norte-americano para o aperfeiçoamento da leitura. Importância do programa Pró-Ler para o desenvolvimento intelectual do brasileiro.....

17674

##### 1.2.2 - Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE - Protestos contra a violência da Polícia Federal e a utilização das Forças Armadas Brasileiras, por deliberação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no desalojamento dos garimpeiros de Serra Leste e Serra Pelada.....

17677

SENADOR ODACIR SOARES - Complementando informações trazidas à Casa, em pronunciamiento do último dia 22, sobre o Relatório Final do Projeto BRA nº 87/022 - Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, hoje enfocando os indicadores comparativos do desempenho sócio-econômico, capitalização nos assentamentos, distribuição de renda, desistência e abandonos e conclusões e recomendações.....

17678

#### 1.3 - ENCERRAMENTO

### 2 - RETIFICAÇÃO

Ata da 174ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 22 de outubro de 1996, e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente.....

17681

### 3 - ATA DE COMISSÃO

17ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora, realizada em 24 de outubro de 1996.....

17682

### 4 - MESA DIRETORA

### 5 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR

### 6 - PROCURADORIA PARLAMENTAR

### 7 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

### 8 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

### 9 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 10 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

# Ata da 181ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de outubro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência do Sr. Nabor Júnior*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, por 20 minutos.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o que me traz hoje a esta tribuna é uma grande injustiça. Ou melhor: a necessidade de corrigir uma grande injustiça.

Trata-se, Sr. Presidente, da flagrante omissão perpetrada pela Lei nº 8.691, de 1993. No artigo primeiro, esse diploma legal enumera as instituições consideradas de pesquisa científica e tecnológica. Por um lapso, omitiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, mais conhecido pela sigla Inep.

Com isso, os servidores daquele instituto sofreram grave prejuízo. Eles, simplesmente, não tiveram a possibilidade de integrar-se, como seria justo, ao Sistema de Carreira da Pesquisa Científica e Tecnológica.

Tão logo foi verificada a falha, os funcionários prejudicados recorreram administrativamente da omissão. Isso em 1993. Até hoje, Sr. Presidente, três anos depois, o Processo 4604000837/93-80, em pauta, tramita no Ministério da Educação e do Desporto.

Ninguém sabe o porquê da lentidão. No processo, constam pareceres favoráveis à inclusão do Inep entre as instituições voltadas à pesquisa científica e tecnológica. Um deles recebeu o aval de ninguém menos que o responsável pelo setor de recursos humanos do Ministério da Educação.

Nada mais justo. O Inep é uma instituição que, além de executar a pesquisa científica e tecnológica no setor educação desde 1938 – há, portanto, 58 anos –, coordena em âmbito nacional a pesquisa educacional de caráter científico e tecnológico. Tem relevantes atividades em todos os Estados brasilei-

ros. Os trabalhos por ele executados, nunca é demais lembrar, têm merecido aplausos nacionais e internacionais.

Com o cochilo da Lei nº 8.691, não só os funcionários são prejudicados. Haverá sérios danos ao trabalho de coordenação da pesquisa em nível nacional. Não é difícil descobrir por quê.

Sem um órgão aglutinador, amparado em sólido e renovado sistema de recursos humanos, tal como o definido na Lei nº 8.691, os trabalhos de investigação sobre assuntos educacionais se dispersarão pelos inúmeros órgãos estaduais e municipais. E, é sempre bom lembrar, perderão o caráter científico-tecnológico.

O preço a se pagar será alto. Muito alto. Além da queda da qualidade do produto – crucial para o desenvolvimento da educação em nosso País –, se registrará considerável perda financeira. Primeiro, por causa do desperdício das verbas, que se perderão pelos conhecidos ralos das burocracia, da intermediação e da falta de escrúpulos e de seriedade.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, reagir é preciso. Os sinos dobrarão por nós caso seja mantida a injustificada omissão do art. 1º da Lei nº 8.691/93.

O primeiro passo é o despacho do Processo 4604000837/93-80, que, repito, aguarda uma decisão há três anos.

Feito isso, abrir-se-á caminho, talvez, para a edição de medida provisória. Esse instituto legal, dado o poder da rapidez de que desfruta, é capaz de corrigir, com a urgência devida, a injustiça cometida contra os funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Só assim não nos tornaremos exemplo da ameaça referida por Martin Luther King: "a injustiça em qualquer lugar", disse ele, "é uma ameaça à justiça por toda parte".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, por 20 minutos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje quero assinalar a abertura, logo mais, no início da noite, da XV Feira do Livro de Brasília, acontecimento de grande importância, que deverá se estender até o próximo sábado, dia 2, com a presença de muitos escritores, intelectuais, e com estandes de várias editoras. Certamente, será uma festa da cultura, da inteligência, e mais uma ocasião para a divulgação de livros, de obras de grandes autores e para a consolidação do nosso desenvolvimento cultural.

Allás, há de se registrar que, nos últimos anos, não só em Brasília, mas em várias cidades ocorrem eventos dessa natureza, como a tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, a Feira do Livro de Fortaleza, a Feira do Livro de Salvador, a Bienal do Livro, em São Paulo, e a grande Feira do Livro, no Rio de Janeiro. Todos esses eventos acontecem num contexto de grande desenvolvimento da indústria editorial brasileira, com o aparecimento de novos títulos e o lançamento de um maior número de livros, sobretudo a partir de uma grande venda de livros de auto-ajuda, livros místicos, livros de natureza religiosa.

Sem dúvida nenhuma, esse movimento é salutar e assinala uma grande preocupação de diversos setores do Governo e da sociedade com o desenvolvimento da cultura brasileira.

Há pouco tempo, por decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instalada uma Câmara Setorial do Livro, no Ministério da Cultura, para estudar mecanismos de estímulo à indústria editorial, considerando que, apesar de algumas isenções de impostos, por várias razões, o livro, no Brasil, é muito caro. Comparando-se o preço do livro no Brasil com o do livro no exterior, vamos verificar que o brasileiro ainda é muito caro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o brasileiro não compra livro porque é caro, e é caro porque, entre outros fatores, as tiragens são muito pequenas. A cadeia envolvida no processo de elaboração do livro até sua venda final – o autor, o editor, o distribuidor, o livreiro – não se entende e, conseqüentemente, há pontos de estrangulamento que levam ao seu encarecimento.

Essa Câmara Setorial do Livro está justamente discutindo todos esses aspectos com os interessados, buscando uma solução que leve a um maior estímulo, a um maior incentivo à indústria editorial e ao barateamento do livro, inclusive aumentando as compras governamentais, no sentido de implantar e instalar bibliotecas em todos os recantos do Brasil, até mesmo nos lugares mais distantes. Quem tem um livro nas mãos

pode mudar o seu destino, razão que nos leva a investirmos.

A propósito desse tema, gostaria de me referir a uma notícia que saiu no novo jornal semanário **Se7e Dias da Semana**, editado em Brasília, na edição desta semana. Na página 8, há uma notícia muito interessante:

*"Bill Clinton*

*3 Bilhões de dólares para incentivo à leitura – por quê?"*

Vou me permitir ler um trecho da matéria e depois comentar alguns aspectos.

"A revista norte-americana **"The Economist"** noticiou, recentemente, o propósito do presidente Bill Clinton de, nos próximos anos, investir 3 bilhões de dólares em programas de incentivo à leitura. Convocar 1 milhão de voluntários para auxiliar os 30 mil especialistas em leitura que serão contratados pelo poder público é uma das metas do presidente americano. Motivo: a preocupação de que os americanos possam ler e ler apropriadamente.

Esse programa, posto em prática, será uma força extraordinária pelo retorno que vai dar em termos econômicos e culturais, à nação mais poderosa do planeta.

E nós, perguntamos? Será que não é a hora de toda a sociedade brasileira dar as mãos para executar uma grande campanha contra a ignorância, com medidas práticas e eficazes?

Nosso ministro da Educação foi um dos primeiros a detectar, na instauração da Câmara Setorial do Livro, a aberração das bibliotecas públicas, de considerarem o livro como material permanente."

Esse é um defeito da nossa legislação de licitações, da parte administrativa, que considera o livro um material permanente, o que dificulta muito o seu processo de aquisição.

"Se aliarmos a esse fator a total falta de recursos para as bibliotecas, o limitado número de livrarias brasileiras que estão morrendo ou transformando-se em papelerias, o elevado preço do livro restrito às elites, a falta de bibliotecas escolares-comunitárias (uma idéia pela qual lutamos) e a deficiência de leitores em todas as áreas, levam-nos a conclusões estereotipadas.

A mídia falada e escrita precisa tomar consciência que o seu papel é fundamental para levar o Brasil a patamares mais elevados de leitura essencial ao desenvolvimento. Os jornalistas precisam estar mais atentos ao fato de que sua profissão corre perigo numa sociedade quase ágrafa. A sociedade como um todo precisa empenhar-se nessa luta pelo incentivo à leitura como alicerce ao conhecimento que gera desenvolvimento. Como será possível pensar-se em ciência e tecnologia sem uma base de prática de leitura como atividade reflexiva?

Deformados pela cópia indiscriminada de textos visando resultados escolares e pelas apostilas medíocres, os nossos estudantes cada vez mais cedem à preguiça intelectual gerada pela informação audiovisual que, podendo ser uma ferramenta poderosa de incentivo ao conhecimento, transforma-se num amontoado de receitas fáceis para conhecimentos superficiais.

Mas será que interessa mesmo ensinar a ler e a fazer ler? Talvez muitas das nossas elites achem mais fácil manobrar um povo ignorante sem saber que sua própria sobrevivência, no próximo milênio, estará intimamente ligada à disseminação universal do conhecimento em todas as áreas capacitando o povo para maior produção, mais empregos e melhores salários.

De Norte a Sul, e de Leste a Oeste, é necessário conclamar nossos responsáveis a terem uma visão mais lúcida do que representa o saber moderno, que não admite mais a leitura sem reflexão. Milhares de empregos estão à disposição sem ter quem os preenchem. A reciclagem permanente em todas as profissões é ainda uma utopia mas cada vez mais está se impondo como um programa político de todo o governante que realmente ame a sua terra, o seu país. E nisso, Bill Clinton aponta-nos um caminho.

Estamos fazendo a **XV Feira do Livro de Brasília e III Feira Internacional de Cultura, Comunicação e Turismo Cultural**. Sem recursos evidentemente. Mas a homenagem que queremos prestar às nossas bibliotecárias escolares, aos nossos professores, por mais singela que seja, é uma atitude de quem acredita no seu povo, na sua ener-

gia criadora, no seu desejo de vencer os desafios do futuro. É o sonho de alguns de nós — Brasília, capital de leitores, num Brasil que precisa de mais do que esperança.

Victor Alegria"

Então, estamos vendo aqui a abordagem de alguns tópicos em relação a essa questão da maior importância, feita por Victor Alegria, um editor de Brasília. Primeiro, o predomínio da oralidade. Quer dizer, hoje, lê-se pouco, escreve-se pouco, e ouve-se rádio, assiste-se televisão; por isso, escreve-se muito mal.

Nós conhecemos pessoas dotadas de alto conhecimento na sua área específica, como cientistas, homens de grande conhecimento tecnológico, pessoas que, reconhecidamente, dominam a sua área, o seu campo de trabalho e atuação, mas que são incapazes de fazer um bilhete, pois não só cometem erros crassos de ortografia como escrevem trechos ilegíveis, incompreensíveis, sem qualquer integração, um texto realmente imprestável do ponto de vista da linguagem e da harmonia. E tudo isso por quê? Porque se lê cada vez menos e se escreve cada vez menos.

O domínio da oralidade, os meios de comunicação audiovisuais, a realização de provas e exames, hoje, são meros testes de múltipla escolha, em que não se requer um mínimo de texto de quem está se submetendo a eles, para que se possa, inclusive, apurar a capacidade da pessoa se expressar por escrito, de maneira inteligível, compreensível e correta.

Na base de tudo isso, está, sem dúvida alguma, a falta de leitura que, cada vez mais, está relegada a um plano secundário. E não é só pelo fato de que o mundo moderno, a complexidade da vida moderna, as demandas que todos nós recebemos terminam tirando, roubando o nosso tempo para a leitura. Não é só por isso. É porque há realmente um desestímulo, não há incentivo para a leitura.

Mesmo aqui no Brasil, o Governo brasileiro tinha um programa que se chamava Pro-Ler, do Ministério da Cultura, ligado à Biblioteca Nacional, com o objetivo de fazer justamente o que o Presidente Bill Clinton está querendo fazer nos Estados Unidos, gastando US\$3 bilhões com 30 mil especialistas em leitura e um milhão de voluntários, porque compreende que esse problema precisa ser encarado como algo fundamental. É até a preservação da nossa língua. Diz respeito, inclusive, à nossa cultura, à nossa integridade como nação, como uma sociedade justa, desenvolvida e culta.

A propósito da destinação de recursos e de verbas para o Pro-Ler, para a Biblioteca Nacional, houve um desentendimento entre o então Diretor da Biblioteca Nacional, Afonso Romano de Santana, e o Ministro Weffort. O primeiro terminou sendo exonerado, e o Pro-Ler, pelo menos até onde sei, desestruturou-se, perdeu o seu ímpeto, o seu dinamismo, e regredimos em relação a essa necessidade de difundir, de apoiar e de estimular o hábito da leitura.

Sr. Presidente, nesta manhã de sexta-feira, alerta para a importância da inauguração, da abertura, logo mais à noite, da Feira do Livro de Brasília, até porque temos na Presidência da República um intelectual. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é um professor universitário, autor de vários livros, de várias obras. Também temos um Ministro da Cultura muito preparado, competente, Francisco Weffort.

Dessa forma, não podemos incorrer nesse erro de desativar ou, pelo menos, de não prestigiar o Pro-Ler, na medida em que esse é um programa de apoio ao hábito da leitura, de recrutamento de pessoas para essa tarefa, que é necessária, urgente, e tem um caráter cultural muito importante, pois está ligada mesmo à nossa vida como Nação, como País, ao nosso desenvolvimento e ao nosso futuro como uma sociedade que almeja o progresso e a justiça social.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Bonifácio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Os Srs. Senadores Ademir Andrade e Odacir Soares encaminharam discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de saber como está neste momento o candidato a Presidente Fernando Henrique Cardoso. Como está sua consciência diante do seu ato em utilizar as Forças

Armadas Brasileiras e a Polícia Federal para desalojar os garimpeiros. Eu gostaria de saber se este sociólogo assistiu ontem o Jornal Nacional da TV Globo e viu a forma covarde e humilhante como os brutamontes da Polícia Federal trataram os garimpeiros, cidadãos brasileiros que buscam uma oportunidade na vida. Oportunidade que o Presidente-candidato não conseguiu criar.

O Presidente que lutou contra a ditadura hoje se torna um ditador, se empolgou com o cargo ou com sua professa sabedoria, e hoje acha que pode tudo. Mentiu à Nação brasileira informando que a Vale do Rio Doce descobriu uma mina de 150 toneladas de ouro em Serra Leste, quando na verdade, a Vale apenas dimensionou a quantidade de ouro existente em Serra Pelada. Diz que está cumprindo decisão judicial, quando na verdade a causa foi levantada pelo próprio governo pois a Vale ainda é uma estatal, que o candidato-Presidente quer entregar ao capital multinacional, e por isso tem que desalojar os garimpeiros.

O que assistiu ontem na televisão foram as máquinas da Vale destruírem as propriedades coletivas dos garimpeiros, seu local de reuniões o palanque de realização das suas assembleias, foram os monstros insensíveis (porque seres humanos não agem desta forma) da Polícia Federal xingarem, empurrarem e humilharem de maneira vil centenas de garimpeiros. Será que o Presidente-candidato não tem vergonha? Ele que tanto lutou contra a violência e o arbítrio, agora vê a polícia sob seu comando fazer exatamente a mesma coisa ou será que a ordem judicial era também para destruir propriedades da Cooperativa dos garimpeiros da Serra Pelada?

O candidato-Presidente deve estar cego. Veja se acorda. Ele que só sabe conversar bonito e apresentar programas que não se concretizam nunca. Aqueles 19 trabalhadores rurais mortos no Pará também são da sua responsabilidade, pois foram mortos depois de esperarem uma solução para o seu problema por dois anos e quatro meses (um ano e quatro meses no seu governo) e caso não saiba eu lhe informo que aqueles sem-terra do Pará iniciaram sua luta quando a Vale do Rio Doce os expulsou das suas terras, para ficar com as terras que hoje o Presidente-candidato insiste em vender. Quem vai ser dono delas: os australianos ou os japoneses?

Eu estou indignado, revoltado. Vejo o Congresso Nacional desrespeitado, desconsiderado pelo candidato-Presidente. Sinto vergonha de ver o meu país com um Presidente como este, mas eu acredito

na política, e na capacidade do povo de aos poucos compreendê-la e por meio dela buscar a justiça, que neste momento está sendo pisada e massacrada pelo poder econômico.

Lamento que o Governo do meu estado permita esta intervenção branca e lave as mãos como Pilatos; diante da barbaridade que está se cometendo. O Governo do Pará deveria colocar todo o seu corpo jurídico para dar cobertura aos garimpeiros ou utilizar de sua força política (que percebemos hoje inexistente) para obrigar a Vale a negociar com os verdadeiros donos deste ouro uma indenização justa.

Da nossa parte tudo faremos para minimizar este ato de covardia e barbárie e para libertar os garimpeiros presos de Serra Pelada.

**O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto a dedicar-me ao tema da Reforma Agrária, complementando as informações trazidas a esta Casa no dia 22 de outubro. O Relatório Final do Projeto BRA 87/022, "Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária", na abordagem que hoje faço, enfoca os temas: indicadores comparativos de desempenho sócio-econômico, capitalização nos assentamentos, distribuição de renda, desistência e abandonos e conclusões e recomendações.

Os dados de renda dizem respeito à situação dos assentamentos em si. Embora sejam bastante significativos em termos de valores absolutos, para ganhar relevância analítica precisam ser comparados com o contexto regional e nacional.

Por outro lado, existem certos indicadores sociais, como os de mortalidade infantil, os de situação de emprego anterior ao assentamento e os de força de trabalho absorvida nas atividades agrícolas, que permitem completar o quadro da situação atual dos beneficiários da reforma agrária em relação a sua situação anterior.

Cabe assinalar, Sr. Presidente, que a maior parte (90%) dos assentados declarou que a sua situação melhorara em relação ao período anterior.

Cálculos e estimativas realizadas no Brasil com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, coligidos por Hoffman, em 1985, estabelecem a linha de pobreza em um salário mínimo por família.

A metodologia da definição das chamadas linhas de indigência e de pobreza, têm por base o custo de uma cesta básica de alimentos, cuja composição varia de acordo com a região e que atende aos critérios nutricionais recomendados pela Organi-

zação Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A linha de indigência definida pela CEPAL corresponde ao valor da cesta básica mensal. Assim, são considerados indigentes todos aqueles cuja renda dá apenas, e na melhor das hipóteses, para garantir a alimentação adequada, ou seja, para adquirir uma cesta básica.

A linha de pobreza corresponde a um nível de renda que permite cobrir, além do custo da cesta de alimentos, outras necessidades básicas, como saúde, educação, habitação, transporte e vestuário.

Verifica-se que os assentados da reforma agrária superaram amplamente, em média, o patamar de um salário mínimo mensal, atingindo valores semelhantes à renda média nacional das famílias.

Deve-se assinalar que a renda média nacional das famílias inclui as rendas urbanas, que sobejamente são superiores às rendas rurais, como também as rendas das famílias de classes média e alta da sociedade.

Ao se comparar a renda média por trabalhador (renda total dividida pelo número de pessoas que trabalham na família do assentado pelo projeto de reforma agrária) com o salário de um mensalista na agricultura ou com os salários médios de um capataz, tratorista, administrador e mensalista, obtêm-se também valores parecidos.

A renda obtida por um trabalhador dentro de um assentamento de reforma agrária foi superior ao salário ganho por um mensalista, de acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas. Quando se compara com o mix de salários agrícolas, comprova-se que os resultados dos assentamentos ficam um pouco abaixo dessa média, com exceção dos Estados do Sul, que superam essa média.

Esse dado comparativo mostra que o custo de oportunidade gerado pelos assentamentos foi bastante alto, ou seja, consegue-se uma renda igual ou maior à de um mensalista e levemente inferior ao mix de salários, nestes incluídos os salários altos dos administradores.

No que diz respeito à comparação da situação atual dos beneficiários da reforma agrária com a sua situação anterior, existem indícios de que a vida deles experimentou uma melhora significativa. Primeiro, por causa de sua situação de emprego anterior, que na maioria dos casos era do tipo de subemprego ou desemprego (empregos temporários, biscates, bóia-fria).



Apenas 13,4%, Sr. Presidente, dos assentados em projetos de reforma agrária eram proprietários ou posseiros antes de entrar no assentamento, ou seja, já possuíam algum recurso de terra.

Sendo assim, pode-se afirmar categoricamente que na reforma agrária brasileira os beneficiários foram, no geral, os que realmente precisavam de terra, tendo ocorrido uma melhora apenas com a transferência patrimonial realizada com a entrega do lote de terras a eles.

Do ponto de vista social, existem alguns indicadores que mostram que a situação nos assentamentos é melhor do que na sociedade em geral. Os dados do UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância revelam uma taxa de mortalidade para o Brasil de 53 crianças mortas por cada mil nascidas, enquanto que, nos assentamentos, a taxa teria sido de 50 por mil.

Em resumo, os resultados da pesquisa do Projeto BRA 87/022 sugerem que os assentamentos de reforma agrária representaram uma melhoria significativa dos seus beneficiários, tanto em termos de superação da pobreza rural, como no que diz respeito à situação de emprego e mortalidade infantil.

É importante assinalar que a situação em média descrita não reflete a situação de todos os assentados, exatamente por se tratar de média. Internamente aos assentamentos existem importantes disparidades de renda, geradas por fatores passíveis de serem quantificados e por outros motivos de ordem subjetiva.

Há um alto grau de diferenciação entre as famílias num assentamento. Verifica-se que existem três grupos de rendas bem diferentes:

a) – um grupo de famílias, formado por aproximadamente 15% do total, que sobrevive com menos de um salário mínimo de renda total (incluindo todas as atividades);

b) – um segundo grupo, de 40% das famílias, cuja renda oscila entre um e três salários mínimos por família;

c) – um terceiro grupo, formado por 45% das famílias, que ganha mais de três salários mínimos em média.

A distribuição descrita, Senhor Presidente, varia entre as diferentes regiões, sendo que o Nordeste apresenta uma situação bastante distante das médias: apenas 25,5% superam os três salários mínimos, e a maior parte se encontra entre um e três salários mínimos de renda total por família. No Sul, verifica-se a melhor situação em termos de distribuição de renda, sendo que a maior parte, 76%, superou os três salários mínimos e apenas 5% ficaram abaixo de um salário mínimo.

A divisão das rendas familiares totais em grupos de renda sugere a existência de três categorias bem definidas dos assentados:

a) – Os beneficiários da reforma agrária que não têm conseguido desenvolver uma atividade produtiva e que se mantêm abaixo da linha da pobreza-setor pobre ou marginalizado.

b) – Um grupo cujas rendas oscilam entre um e três salários mínimos por mês.

c) – O grupo de rendas mais altas, maiores de três salários mínimos por mês, que consegue produzir regularmente quantidades razoáveis de produtos de origem agrícola ou animal.

É importante indicar que a reforma agrária conseguiu criar um subsetor de agricultores familiares comerciais, da ordem de 45% do total dos beneficiários de terra -- somando em torno de 45 mil famílias, considerando um universo de 100 mil famílias assentadas até 1990.

Por outro lado, este processo não melhorou a situação de uma parcela de assentados, em torno de 15%, que ficaram, por diversos motivos, marginalizados do processo produtivo após três anos da implantação da reforma agrária. Este setor aparentemente não estaria em condições de progredir e provavelmente desistirá da vida no campo, abandonando ou vendendo os seus lotes.

Numa faixa intermediária estão os agricultores que estariam em vias de integração, que varia entre 50% no Nordeste a 19% no Sul. Dependendo das condições climáticas e do apoio que recebam no futuro, poder-se-á transferir, ao menos uma parte deles, para o setor dos agricultores comerciais.

A análise feita e os conhecimentos acumulados como resultado da pesquisa do Projeto BRA 87/022 sugerem que o padrão de vida nos assentamentos é melhor do que nas áreas que os rodeiam, o que era lógico de acontecer ao se considerar que os assentamentos de reforma agrária receberam apoio das instituições governamentais, enquanto que nas áreas de pequena produção ou de posseiros e arrendatários rurais prima a absoluta incerteza.

Uma das críticas mais importantes que tem sido feita à política de assentamentos rurais diz respeito à problemática de abandono da terra e venda de lotes por parte dos beneficiários desta política.

Os debates acontecidos, Sr. Presidente, sobre este assunto têm caído, por falta de dados consistentes, ora no alarmismo e derrotismo, com apreciações exageradas acerca do total abandono e reconcentração de terras supostamente acontecido, ou, de outro lado, no defensismo ingênuo e negador de

uma realidade que existe, e que se materializa na freqüente venda dos lotes nos assentamentos.

A pesquisa procurou contabilizar as desistências ocorridas no período de vida dos assentamentos visitados, e alinhar alguns fatos que permitem avançar na explicação do fenômeno.

O percentual médio de desistência nos assentamentos de reforma agrária foi aproximadamente de 22% em relação ao número original de beneficiários. Verifica-se, em alguns casos, percentuais relativamente altos, como nos assentamentos do Pará (Carajás II e III; Manuel Crescêncio e Colônia Reunida). Nestes casos, as desistências estão aparentemente relacionadas com a questão do meio ambiente e do desmatamento.

O ciclo tradicional da pequena agricultura na região Amazônica pode ser, em grandes rasgos, assim caracterizada:

1ª fase – Após o recebimento da terra (ou a ocupação no caso dos posseiros) efetua-se a abertura da área por meio do desmatamento. Este desmatamento cumpre a dupla função de viabilizar um futuro plantio e de gerar alguma receita com a venda da madeira, que garanta a sobrevivência da família durante este período.

2ª fase – O agricultor efetua o plantio de cereais, geralmente arroz, na área desmatada. Por causa da distância e da falta de meios de transporte o agricultor não realiza ganhos significativos, que de fato são internalizados pela estrutura de comercialização atuante. Esta situação vê-se agravada com o declínio da fertilidade da terra nos lotes.

3ª fase – Decepcionado com a lavoura, o agricultor forma pastos nas terras do arroz e muda de atividade. Abrem-se três leques de possibilidades: **a)** vende ou arrenda o lote para fazendeiros pecuaristas; **b)** ele próprio se dedica à pecuária; **c)** dedica-se à venda de madeira de forma crescente.

Obviamente que estas alternativas podem acontecer de forma combinada, ou seja, arrendando parte das terras, cortando madeira, e colocando gado para pastar nelas.

Acredita-se que a promoção de atividades de incentivo à comercialização com menor incidência de intermediários permitirá internalizar uma parcela de renda maior dentro dos assentamentos, evitando-se ou minimizando-se, desta forma, o abandono da agricultura, ou a venda da área para fazendeiros que são os que depois vão realmente desmatar grandes extensões.

As atividades de desenvolvimento auto-sustentado, com a combinação da lavoura, da pecuária,

dos cultivos permanentes (café, cacau, pimenta-negra) e da extração seletiva de madeira podem aumentar a renda dos agricultores, como um fundo de reserva de valor que eles possuem na floresta, que lhes serve para afrontar necessidades eventuais ou mesmo para pagar pelo título da terra.

No geral, os percentuais de desistências não têm sido muito altos, em torno de 20%, e coincidem com aquele estrato da população que ganha menos de um salário mínimo. Uma parcela dos assentados fica marginalizada e provavelmente abandonará a terra, fato este que não atenta ou diminui o valor do programa de reforma agrária, já que garantiu a retenção de um percentual de colonos importante na terra, promovendo o desenvolvimento social e econômico de uma parcela considerável da população assentada.

A reconcentração de terra, quando se verifica, não implica a volta automática à situação prévia à desapropriação. As informações recolhidas no campo demonstram que uma parte das vendas acontece entre colonos, ou seja, beneficiários originais vendendo para agricultores "sem-terras" da redondeza, que não deixam de ser clientes potenciais e por vezes melhores que os originalmente selecionados.

Pode-se afirmar, Sr. Presidente, que nos assentamentos visitados, apesar de suas inúmeras careências, um número considerável dos beneficiários originais tem preferido ficar na terra a migrar para as cidades, provavelmente devido à baixa absorção de força de trabalho que se verifica atualmente, ou a migrar para outras regiões onde não teriam acesso à terra.

Importante contribuição deixou a pesquisa efetivada pela FAO, como órgão executor do projeto e o PNUD, como órgão financiador, ao elencar diversas recomendações de política agrária para o País, das quais se destacam:

1) – O programa de assentamento de populações rurais de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo INCRA revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo. A pesquisa mostrou que os beneficiários da distribuição de terras geraram, em média, uma renda mensal por família equivalente a 3,70 salários mínimos, valor este superior à média de renda passiva de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo.

Recomenda-se a expansão deste programa, de forma tal que permita incorporar maior número de famílias de baixa renda, evitando-se assim o isolamento dos assentamentos num contexto de pobreza rural.

2) – Verificou-se a existência de um mercado processo de integração nos mercados, principalmen-

te entre as famílias de maior renda, o que revela que os assentamentos, além de colaborarem no aumento da produção de alimentos, foram eficientes em desenvolver um setor de agricultura comercial.

Recomenda-se concentrar esforços e investimentos no sentido de eliminar os obstáculos que existem para uma mais eficiente integração, principalmente no que diz respeito à estrutura de comercialização.

3) – Constatou-se que a produtividade, em geral, dos assentamentos é baixa, quando comparada ao contexto regional. Surgiram evidências também que mostraram a existência de dificuldades na relação com o meio ambiente, principalmente na região Amazônica.

Recomenda-se que as atividades de assistência técnica levem em consideração o objetivo de incentivar o aumento da produtividade da terra, sem incidir negativamente na relação com a natureza.

A aplicação de métodos agrícolas baseados no conceito de desenvolvimento auto-sustentado pode ser de grande ajuda no melhoramento tanto da produtividade, como no que diz respeito à utilização não predatória da natureza.

4) – A pesquisa revela que, embora tenham sido realizadas obras de captação de água em algumas regiões, foi tênue a atividade de canalização de água e irrigação nas áreas passíveis de cultivo.

O Nordeste, carecendo destas obras em quantidade suficiente, ressentiu-se em termos da renda gerada por família, o que pode ameaçar o futuro do programa na região.

Em resumo, Sr. Presidente, pode-se dizer que a continuação do programa de assentamento de populações rurais de baixa renda, realizado de uma forma pragmática e bem organizada, resultará no melhoramento dos indicadores socioeconômicos do setor rural do Brasil e da sociedade como um todo.

\*Não aguento a fome

Não há mais perdão

Deus dorme nos ares

O chefe nas camas

Acordo no chão

Eu quero o meu pão"

(Mário de Andrade, "Café")

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h22min.)

## ATA DA 174ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1996

(Publicada no DSF, de 23 de outubro de 1996)

### RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, 2ª coluna, no item 1.2.6 – **Apreciação de matérias,**

**Onde se lê:**

Diversos nº 88/96, com manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional favorável à participação desta Casa na Sexagésima Quinta Sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL, a realizar-se em Antalya, Turquia, no período de 19 a 23 do corrente. **Aprovado**, sendo designado para a referida missão o Sr. Romeu Tuma.

**Leia-se:**

Diversos nº 88/96, com manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional favorável à participação desta Casa na Sexagésima Quinta Sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL, a realizar-se em Antalya, Turquia, no período de 23 a 29 do corrente. **Aprovado**, sendo designado para a referida missão o Sr. Romeu Tuma.

.....  
No texto da Ata, na fala do Presidente, página 17340, 1ª coluna,

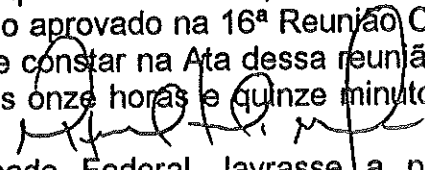
**Onde se lê:**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em sessão anterior, foi lido o Ofício nº 29, de 1996, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o processo Diversos nº 88, de 1996, comunicando que esse Órgão Técnico manifestou-se favoravelmente à participação desta Casa na 65ª sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol, a realizar-se em Antalya, na Turquia, no período de 19 a 23 do corrente.

**Leia-se:**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em sessão anterior, foi lido o Ofício nº 29, de 1996, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o processo Diversos nº 88, de 1996, comunicando que esse Órgão Técnico manifestou-se favoravelmente à participação desta Casa na 65ª Sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol, a realizar-se em Antalya, na Turquia, no período de 23 a 29 do corrente.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA  
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1996**

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de outubro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores *Júlio Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Odacir Soares, Primeiro-Secretário; Renan Calheiros, Segundo-Secretário;* e o Suplente, Senador *Ney Suassuna*. Declarados abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, passa-se à apreciação da seguinte pauta: Item 1: Requerimento nº 995, de 1996, que trata de solicitação do Senador Francelino Pereira de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Geisel e os caminhos da abertura", de autoria do Senador José Sarney, publicado no jornal *O Globo*. Aprovado. Item 2: Requerimento nº 996, de 1996, que trata de solicitação do Senador Francelino Pereira de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Deputado Paulo Piau, feito na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sobre as eleições municipais deste ano, na cidade de Uberaba. Aprovado. Item 3: Processo nº 019209/93-2 e anexos, que trata de solicitação de Frederico da Gama Cabral Filho e outros servidores com Pareceres favoráveis da Advocacia do Senado Federal e da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal. Aprovado. Item 4: Solicitação do Senhor Senador Odacir Soares para que seja submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consulta a respeito da aplicação no Senado Federal da Medida Provisória nº 1.522, publicada no Diário Oficial da União de 14 do corrente mês. Aprovada. Item 5: Inclusão na Ata da Comissão Diretora do Ato nº 19/96 da Comissão Diretora, que dispõe sobre os atuais ocupantes de cargos integrantes da categoria de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Comunicação Social, que ficam reposicionados na Tabela de Vencimentos de que trata o art. 13, da Resolução nº 42, de 1993, para o Padrão 45, que havendo sido aprovado na 16ª Reunião Ordinária realizada em 17 de outubro de 1996, deixou de constar na Ata dessa reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e quinze minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,  (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Senado Federal, 24 de outubro de 1996



Senador JÚLIO CAMPOS  
Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência

**MESA**  
Presidente  
José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente  
Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente  
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário  
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário  
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário  
Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário  
Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS  
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES  
Lauro Campos – PT – DF  
**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB**

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL**

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francellino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB**

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo  
José Ignácio Ferreira  
Lúdio Coelho  
**LIDERANÇA DO PPB**

Líder

Epitácio Cafeteira

**LIDERANÇA DO PT**

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB**

Líder

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT**

Líder

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB**

Líder

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS**

Líder

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL**

Líder

Romeu Tuma

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC

**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PMDB</b>	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	<b>PFL</b>	
1. Élcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinobing
4. José Alves		4. José Bianco
	<b>PSDB</b>	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	<b>PPB (ex-PPR + ex-PP)</b>	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	<b>PTB</b>	
1. Emilia Fernandes		1. Artindo Porto
	<b>PT</b>	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	<b>PDT</b>	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha
	<b>Membre Nato</b>	
	<b>Romeu Tuma (Corregedor)</b>	

**SECRETARIA LEGISLATIVA**

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAÍAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO \*1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
<b>PFL</b>			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO *1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344



**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
<b>PFL</b>			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
<b>PPB</b>			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
<b>PSB</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
 FONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
 FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
IRIS REZENDE	G0-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/67
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-BELLO PARGA	MA-3069/72
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
<b>PSDB</b>			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-VAGO	
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
<b>PT</b>			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
<b>PTB</b>			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
<b>PSB</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
<b>PPS / PSL</b>			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
<b>PFL</b>			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
<b>PPB</b>			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPTÃO	MG-2321/22
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
<b>PFL</b>			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
<b>PSDB</b>			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
<b>PPB</b>			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
<b>PTB</b>			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
<b>PSB / PPS</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
<b>PFL</b>			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
<b>PSDB</b>			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
<b>PPB</b>			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
<b>PDT</b>			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
<b>PTB</b>			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PT</b>			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
<b>PPS / PSL</b>			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
<b>PMDB</b>			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
<b>PSDB</b>			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-VAGO	
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
<b>PT</b>			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
<b>PDT</b>			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
<b>PSB / PPS</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado **PAULO BORNHAUSEN**

Vice-Presidente: Senador **CASILDO MALDANER**

Secretário-Geral: Senador **LÚDIO COELHO**

Secretário-Geral Adjunto: Deputado **ROGÉRIO SILVA**

**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner		Martuce Pinto <sup>1</sup> Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinubing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Superidílio Amis		
	PTB	
Emília Fernandes		

	PP	
Ormar Dias <sup>2</sup>		
	PT	
		Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos
<b>DEPUTADOS</b>		
Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen		Antônio Ueno José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Coletto		Elias Abrabão Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior <sup>3</sup> 4		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rosseto		Luiz Meinardi

1 Pedro Simon substituído por Martuce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96



**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**